

Tribuna

PAULO ROBERTO SAMPAIO



A crise não escolhe lado e atinge a todos

A crise econômica que insiste em sufocar o crescimento do Brasil é, no mínimo, equânime. Ela atinge de norte a sul do país, de leste a oeste, não poupando estados ricos nem pobres. Recente avaliação do índice Itaú mostra isso, a ponto de incluir a Bahia como um dos estados mais sacrificados nessa marola econômica.

Isso, apesar da operosa gestão do governador Rui Costa e de todo esforço do prefeito ACM Neto, não conseguindo com toda sua luta, e sendo Salvador a potência que é, melhorar no conjunto os índices do Estado.

Do ponto de vista de avanços e grandes obras, a Bahia tem e muito do que se orgulhar. A capital ganhou o metrô, já um dos 3 maiores do país, o conjunto de avenidas que transformaram o traçado da cidade, o BRT chegando e o VLT a caminho. E no interior, obras como o novo aeroporto de Vitória da Conquista, feito em parceria estado-governo federal, quase uma dezena de policlínicas, espalhadas pelas diversas regiões, oferecendo uma saúde de altíssimo nível à população em termos de atendimento de alta complexidade, e agora o novo Teatro Candinha Dória, a abrigar a cultura de uma região que nos deu, entre outros, o imortal Jorge Amado.

Mas obras apenas não bastam

e o esforço pelo aquecimento da economia nacional tem de ser de todos. Louvo o encontro de governadores do Nordeste ontem, aqui realizado, quando focam no crescimento da região e do país, e abomino quando desviam para as picuinhas políticas com o Palácio do Planalto, até porque os dois lados já devem ter se apercebido que as eleições passaram e agora é hora de trabalhar por este gigante Brasil.

Ainda mais quando nos deparamos com índices como os apontados ontem em editorial pelo jornal Estadão, refletindo a situação no país e em São Paulo. "A série histórica da Pesquisa Industrial Mensal, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o pico da produção da indústria de transformação do País foi atingido em março de 2011. Desse mês até fevereiro de 2016, quando a produção atingiu seu ponto mais baixo até então, a queda tinha sido de 23,2%".

Para em outro trecho, reconhecer e lamentar a dura realidade vivida por São Paulo, a maior economia do país, mas nem por isso imune à crise. "Estado mais desenvolvido do País e que responde pela maior fatia da produção industrial brasileira - mais de um terço do total -, São Paulo registra, neste ano, o maior número de indústrias fechadas em uma década. Em São Paulo, nos

primeiros cinco meses do ano, 2.325 indústrias de transformação e extrativas fecharam suas portas".

E aponta outros dados significativos: "A crise da indústria antecede a que, provocada pelos desmandos econômico-financeiros do governo Dilma Rousseff, afetou toda a economia brasileira. Esta se tornou clara a partir do segundo semestre de 2014 e se estendeu até o fim de 2016. Entre 2014 e 2018, por exemplo, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encolheu 4,2%, a produção da indústria de transformação diminuiu 14,4%".

E arremata com um quadro pouco alentador e que serve para calar as aves agourentas que vivem a achar que tudo de ruim que acontece no país é mais grave na Bahia: "Ainda não há sinais claros de melhora da atividade industrial em São Paulo. Dados recentes da atividade econômica do Estado de São Paulo aferidos pela Fundação Seade mostram que a produção da indústria paulista aumentou 0,9% em abril, na comparação com março, mas registrou queda de 2,0% na comparação com a de um ano antes. No acumulado de 12 meses até abril, a redução foi de 1,2%. O drama social inevitavelmente acompanha a estagnação econômica".

É hora, portanto, de os verdadeiros brasileiros darem as mãos com o pensamento voltado para a retomada do crescimento no país, abandonando bandeiras partidárias e votando as reformas que o país tanto precisa para avançar.

***Paulo Roberto Sampaio é diretor de Redação da Tribuna e escreve neste espaço às terças-feiras.**

Alba: deputado pede redução de ICMS para empresas de ônibus

Segundo o parlamentar, benefício deve ser destinado às empresas rodoviárias de transporte coletivo e intermunicipais



Foto: Matheus Moraes/Bahia.ba

O deputado Capitão Alden (PSL) apresentou uma indicação na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), sugerindo ao governador Rui Costa (PT) que encaminhe ao Legislativo um projeto de lei propondo a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a aquisição de combustível pelas empresas de ônibus.

Segundo o parlamentar, o benefício do incentivo fiscal deve ser destinado às empresas rodoviárias de transporte coletivo e intermunicipais no estado da Bahia.

“Esses benefícios são importantes ferramentas de políticas públicas para impulsionar o crescimento do mercado e giro da economia. Sejam elas no âmbito federal, estadual ou municipal, esse tipo de medida permite alcançar preços mais justos para os consumidores finais e para as empresas de transporte”, explicou o deputado.

Segundo ele, entre as principais vantagens dos incentivos fiscais, além da diminuição da carga tributária, está a possibilidade de melhorar a gestão financeira das empresas e, conseqüentemente, baratear os preços das passagens para o consumidor final. “A modalidade ainda permite aos empresários implantarem melhorias em seus negócios”, ressaltou.

ENCONTRO Governadores da região participam do 1º ato público conjunto após insulto do presidente Jair Bolsonaro

Consórcio do Nordeste estabelece metas

RAUL AGUILAR

Foi lançado ontem em Salvador o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste. O encontro ocorreu no Centro de Operações e Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), onde foram estabelecidas as diretrizes do consórcio para Áreas da saúde, Educação, Segurança Pública e da captação de recurso para região nos próximos 12 meses. Participaram da reunião os governadores Rui Costa (Bahia), Paulo Câmara (Pernambuco) Flávio Dino (Maranhão) Wellington Dias (Piauí) Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte) João Azevedo (Paraíba) Belivaldo Chagas (Sergipe) Izolda Cela (vice-governadora do Ceará) e Luciano Barbosa (vice-governador de Alagoas).

Entre as decisões adotadas pelo Consórcio, e divulgadas através de uma carta, estão a constituição de uma central de compras para região, um cronograma de viagens internacionais para atrair investidores, criação de um fundo

de investimentos no Nordeste, a constituição de sistemas unificados de saúde, educação e segurança pública.

Os governadores pedem também uma audiência com o ministro da Saúde para tratar do programa Médicos para o Brasil, que será lançado em Agosto, além da liberação de \$ 1,1 bilhão retido do Fun-



Consórcio estabeleceu diretrizes para áreas da Saúde, Educação, Segurança Pública e captação de recursos

Governadores do Nordeste vão à Europa em busca de investimentos, diz Rui Costa

do Nacional de Segurança Pública, da União.

"Os estados se comprometeram a compartilhar imediatamente o registro de preço das licitações já executadas, para serem incluídas na central de compras. A primeira licitação será realizada até o fim de agosto. A ideia é começar licitando mate-

riais para a área da saúde, depois passar para Segurança Pública, Educação e estender, até o final do ano, para todas as áreas", afirmou o governador Rui Costa.

Investimento

O governador da Bahia revelou que, em novembro, os governadores do Nordeste

irão viajar para Europa, em busca de investimentos, e que há uma expectativa para uma viagem, ainda sem data, ao continente asiático.

"Temos uma agenda internacional e o nosso objetivo é fazer uma viagem, no mês de novembro, para visitar quatro países: Alemanha, Itália, Espanha e França. Lá

iremos apresentar às oportunidades de negócio e de obras de infraestrutura para todos os estados do Nordeste. Em seguida, planejamos uma visita à Ásia, onde passaremos pela China e Coreia e Rússia", revelou Rui.

O governador sinalizou que, entre os atrativos para atrair o capital estrangeiro para a região, está a redução da atuação do Estado na economia. "É evidente que, ao chamar investidores internacionais, nós devemos abrir várias áreas (do Estado). A área de saneamento é uma das que todos os estados do Nordeste querem abrir à iniciativa privada, cada estado do seu jeito", explicou o governador.

"Execrável"

No encontro, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) classificou como execrável a afirmação feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), no último dia 19 de julho, quando afirmou que "daqueles governadores de Paraíba, o pior é do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara".

"Temos de um lado o preconceito regional e de outro

um ato de discriminação, ambos condenáveis pela Constituição. (...) Em contraste com essa agenda ora omissiva e ora conflituosa, de perseguição e agressão, nós (os governadores do Nordeste) apresentamos o Consórcio Nordeste, uma agenda voltada aquilo que a população está necessitando", ressaltou Dino.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 30/07/2019	Página: B1

Governadores deixam Bolsonaro de lado e impõem agenda positiva

Se alguém imaginou que o encontro dos governadores do Nordeste ontem em Salvador seria um tiroteio 'paraíba' em direção ao Planalto, errou. Os sete governadores presentes (dois, Ceará e Alagoas, mandaram os vices) não se esquivaram de falar do assunto, mas deram outro tom, o de que a união faz a força.

O Nordeste tem 55 milhões de habitantes, é 33% da população nacional e tem apenas 9% do PIB. Eles consolidaram ontem o *Consórcio do Nordeste*, uma insti-

tuição com CNPJ próprio que vai comprar remédios e equipamentos hospitalares em conjunto, interconectar a região com fibra ótica, da educação à segurança, correr atrás de investidores, especialmente para a energia renovável (eólica e solar) com uma agenda internacional de viagens conjuntas para a Europa, a começar em novembro.

FALAS — Todos festejaram o consórcio como algo positivo. Veja as falas, a come-

çar com Fátima Bezerra (PT), do Rio Grande do Norte:

– O consórcio é bem anterior ao momento atual. O encontro mostra força política, coesão, mais inclusão.

Wellington Dias (PT), do Piauí, sobre segurança:

– Montamos uma central (no Ceará) e já estamos colhendo os frutos. Os índices de criminalidade, que eram assustadores, caíram.

Rui Costa:

– Queremos um planejamento estratégico. E vamos ajudar o Brasil a crescer.

TURISMO Projeto prevê investimento de R\$ 200 mi em prédio histórico e entorno no bairro do Comércio

Novo centro de convenções do estado será instalado no Instituto do Cacau



Secretário de Turismo, Fausto Franco, explicou projeto em visita ao Grupo A TARDE

ROBERTO AGUIAR

O imponente e histórico prédio do Instituto do Cacau, localizado no bairro do Comércio, em Salvador, de frente para a Baía de Todos-os-Santos, vai sediar um novo centro de convenções.

O projeto, elaborado pelo governo do estado, por meio da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), deverá ser executado em parceria público-privada com investidores espanhóis, informou ontem o secretário de Turismo, Fausto Franco, em visita à sede do Grupo A TARDE.

Segundo ele, o projeto executivo da obra ainda não foi elaborado, apenas o projeto conceitual. Mas o gestor apontou que a instalação do equipamento deverá demorar entre três e quatro anos, e deverá custar de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões.

"Até o final do ano iremos apresentar o projeto completo. Ainda não fizemos o anúncio oficial porque estamos finalizando algumas adequações. O projeto envolve toda a área ao redor", disse o secretário.

"Afim, o centro de convenções sozinho não se sustenta, precisa de entorno com vida: gastronomia, prédios comerciais, hotéis, tudo

isso está contemplado no projeto", complementou.

Franco ressaltou que a identidade do prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural da Bahia (Ipac), será mantida. Os cinco andares serão utilizados, sendo que o maior espaço do centro de convenções terá capacidade para oito mil pessoas.

Edificações próximas serão desapropriadas para a construção de estacionamentos. Dois edifícios-garagem no Comércio, serão anexados ao projeto, como pontuou o secretário na visita ao A TARDE.

Fausto Franco foi recebido pelo diretor comercial, Hélio Tourinho; o diretor de novos negócios, Luciano Neves, e pela diretora de Redação, Mariana Carneiro.

Turismo náutico

Além da construção do centro de convenções, o secretário destacou ações voltadas ao turismo náutico na Baía de Todos-os-Santos. No início de setembro, acontecerá o afundamento do primeiro ferryboat para criar sítios marítimos com conteúdos para turistas.

As políticas para o turismo náutico fazem parte do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), operacionalizado em parceria com o Ministério do Turismo. Serão investidos US\$ 84,7 milhões no desenvolvimento dos segmentos turísticos náutico e cultural, em Salvador e mais 17 cidades do Recôncavo. O projeto é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A reforma do Solar do Unhão faz parte da primeira etapa do programa. Estão ainda previstas a reforma das marinas de Itaparica e do Botelho, em Ilha de Maré, e a revitalização do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, em Candeias.

"Com isso, vamos desenhando uma nova economia para a região", garantiu Fausto Franco.

"O centro de convenções precisa ter um entorno com vida"

FAUSTO FRANCO,
secretário de Turismo da Bahia

Tribuna

Seca atinge 191 municípios e 4,3 milhões de pessoas

Cidades estão em estado de emergência. Situação esta que afeta, diretamente, 4,3 milhões de pessoas, ou seja, 29,2% dos 14,8 milhões de baianos.

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

O Governo do Estado da Bahia considerou os prejuízos causados pela estiagem prolongada na agricultura e na pecuária, assim como a falta de abastecimento dos mananciais, que fornecem água potável às comunidades para decretar estado de emergência pela estiagem ou seca, em 191 municípios. Decisão esta que afeta, diretamente, 4,3 milhões de pessoas, ou seja, 29,2% dos 14,8 milhões de baianos. A validade do decreto estadual é de 180 dias e termina no dia 22 de setembro próximo.

O Diretor da Superintendência de Proteção e Defesa Civil (Sudec), Paulo Sergio Menezes Luz – que se encontra em viagem no interior do Estado – comenta que “mesmo com a ocorrência de chuvas, em grande parte do estado, 191 municípios ainda convivem com a estiagem na Bahia”. Ressaltou uma situação nova e inusitada: “A cidade Coronel João Sá encontra-se na lista porque decretou Estado de Emergência em fevereiro passado. Mas como todos sabem, o município recebeu fortes chuvas recentemente, e ainda sofreu uma forte inundação, com a quebra da



Foto: Google Images

ESTIAGEM

191 municípios estão em estado de emergência. A validade do decreto estadual é de 180 dias e termina no dia 22 de setembro

barragem de Quati, em Pedro Alexandre, município vizinho”. Na lista que nos foi enviada pela Sudec, existem seis municípios (Cote-gipe, Curaçá, Malhado, Mansidão, Remanso e Ribeira do Pombal) – que estão sob análise do órgão governamental.

LISTA COMPLETA

A lista completa com as cidades, em estado de emergência de estiagem e seca tem Abaré, Adustina, Água

Fria, América Dourada, Anagé, Anguera, Antas, Antônio Cardoso, Antônio Gonçalves, Aporá, Araci, Baixa Grande, Barra, Barra do Mendes, Barro Alto, Barrocas, Biritinga, Boa Nova, Boa Vista do Tupim, Bom Jesus da Lapa, Boninal, Boquira, Botuporã, Brejões, Brotas de Macaúbas, Brumado, Buritirama, Caem, Caetité, Cafamaum, Caldeirão Grande, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canarana, Candeal, Can-

diba, Cansanção, Canudos, Capim Grosso, Casa Nova, Caturama, Central, Chorrochô, Cícero Dantas, Conceição do Coité, Condeúba, Contendas do Sincorá, Cordeiros, Coribe, Coronel João Sá, Cote-gipe, Crisópolis e Curaçá.

Segue com Dom Basílio, Encruzilhada, Enco Cardoso, Euclides da Cunha, Fátima, Feira de Santana, Filadélfia, Gavião, Gentio do Ouro, Glória, Heliópolis, Iaçú, Ibiassucê, Ibipecta, Ibi-

pitanga, Ibiquera, Ibitiara, Ibititá, Ibotirama, Ichu, Igaporã, Ipecaetá, Ipirá, Irajuba, Iramaia, Iraquara, Irará, Itacaré, Itaberaba, Itaguaçu da Bahia, Itapicuru, Itaquara, Itatim, Itiúba, Ituaçu, Jaguarari, Jeremoabo, Juazeiro, Jussara, Jussiape, Lafaete Coutinho, Lagoa Real, Laje-dinho, Lajedo do Tabocal, Lamarão, Lençóis e Livramento de Nossa Senhora.

Continua com Macaúbas, Mairi, Malhada, Malhada de Pedras, Mansidão,

Maracás, Maragogipe, Marcionílio Souza, Matina, Miguel Calmon, Mirangaba, Mirante, Monte Santo, Morpará, Mortugaba, Morro do Chapéu, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Muquém do São Francisco, Nordestina, Nova Fátima, Nova Itarana, Nova Redenção, Nova Soure, Novo Horizonte, Novo Triunfo, Oliveira dos Brejinhos, Orolândia, Palmas de Monte Alto, Palmeiras, Parimirim, Paulo Afonso, Parapiranga, Paratinga, Pé de Serra, Pedro Alexandre, Pilão Arcado, Pindaí, Pindobaçu, Pintadas, Piritiba, Planaltino, Ponto Novo, Presidente Dutra, Presidente Quadros, Queimadas, Quijingue e Quixabeira.

E finaliza com Rafael Jambeiro, Remanso, Retiro-lândia, Riachão do Jacuípe, Riachão do Jacupe, Rio do Antônio, Rio do Pires, Rio Real, Rodelas, Rui Barbosa, Santa Bárbara, Santa Brigida, Santa Inês, Santa Teresinha, Santaluz, Santanópolis, São Domingos, São Félix do Coribe, São Gabriel, São José do Jacuípe, Saúde, Senhor do Bonfim, Sento Sé, Serra Preta, Serra do Ramalho, Serrolândia, Sítio do Mato, Sítio do Quinto, Sobradinho, Souto Soares, Tanque Novo, Tanquinho, Tremedal, Tucano, Uauá, Uibaí, Umburanas, Utinga, Valente, Várzea da Roça, Várzea do Poço, Várzea Nova e Wagner.

Veículo: Correio*	
Data: 30/07/2019	



Mineração: setor discute melhorias para tornar atividade mais sustentável bahia

Donaldson Gomes

30.07.2019, 05:42:00

Atualizado: 30.07.2019, 05:54:30

O presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm, fala sobre as perspectivas do setor no estado e sobre ampliar os investimentos no setor

A mineração começou lá atrás com um geólogo que ia lá para o meio do mato com o seu martelo e ficava batendo nas pedras. Essa coisa mudou. A busca pelas riquezas escondidas no subsolo exige um criterioso trabalho de investigação, onde o investimento em inovação é fundamental. O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, fala sobre as perspectivas da atividade no estado e de projetos para ampliar os investimentos em inovação e sustentabilidade no setor.

As notícias que a gente tem no Brasil sobre a mineração nem sempre são positivas.

Entretanto, estamos falando de um setor importante para a economia. O que falta para o outro lado da atividade aparecer mais?

A atividade de mineração é essencial para o desenvolvimento de um estado como a Bahia e de um país como o Brasil. Apesar de termos alta tecnologia em algumas coisas, somos muito atrasados em outra. O Brasil tem um problema enorme de redistribuição de renda, com desemprego em níveis altíssimos. A mineração pode ocupar o espaço na geração de renda.

A maioria dos nossos minerais não está na costa, está no pobre do semiárido. Então, se conseguirmos implantar essas mineradoras lá, vamos trazer não apenas o desenvolvimento, mas dignidade para as pessoas. Porque quando as pessoas têm condições de prover o sustento das suas famílias, elas têm dignidade.

Estamos falando de uma atividade em que não é o empreendedor quem escolhe a localização...

Há 50 anos atrás, você tinha um nível de conhecimento sobre minérios que hoje é totalmente diferente. E daqui a 50 anos, você terá outro. Estamos falando de coisas hoje que muita gente nem sabia que existia lá atrás. As terras raras começaram a ser buscadas há pouco tempo. Veja, hoje a Bahia tem cerca de 50 minérios diferentes. Alguns de menor valor, outros de maior valor. Em alguns

casos, em menor quantidade e em outros, maior, mas temos no nosso mapa mais de 50 tipos, que serão utilizados à medida em que o tempo passe e se encontrem usos para eles, a partir de processos de inovação.

A descoberta de novos usos, amplia o horizonte da atividade?

Exatamente. Veja, o pessoal da agricultura foi muito feliz ao dizer que tudo é agro. O peru é agro, o peixe é agro. Isso é verdade, mas veja, nós na área de mineração não tivemos a felicidade de dizer que tudo é mineral. A água que você está bebendo, o copo de vidro, a cadeira em que estou sentado tem um revestimento de couro, mas tem toda uma estrutura que é mineral. Não teríamos a revolução na área da informática sem os minerais. Veja que o presidente dos Estados Unidos, o (Donald) Trump, deu uma recuada na disputa comercial com a China após a ameaça de perder o acesso a terras raras, em que a China tem uma reserva enorme. Falta na área de mineração uma postura mais positiva, de assumir o seu papel. Faltou uma postura até política mais incisiva.

Diante dessa falha, recentemente a atividade sofreu dois golpes violentos em Mariana e em Brumadinho, que viraram notícia pelo lado negativo. Não se pode viver só de notícia ruim.

Como a Bahia está posicionada no cenário da mineração?

Hoje, nós somos o quarto estado em arrecadação de imposto pela produção mineral, mas isso quer dizer muito pouco. Qual é a mudança que nós vamos ter de posição? A implantação da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), que é a estrada de ferro que corta o estado e vai até o Porto Sul. Isso vai trazer a viabilidade de enviar o minério produzido na Bahia para fora. Se você produz diamante, você leva no bolso, numa mala, numa pasta, enfim, mas o minério de ferro você precisa de uma estrutura de transporte apropriada. E nós, na década de 50, implantamos o nosso desenvolvimento na base do transporte rodoviário. Acabamos com as outras opções. Fica caro para exportar.

A Fiol cortar a Bahia em direção ao mar, então toda essa área que tem minério será beneficiada. Isso vai modificar o nosso status.

Em que situação a Fiol vai colocar a Bahia?

Hoje, nós somos o quarto estado e podemos mudar para o terceiro, que é um grande pulo. Hoje é Pará e Minas, que devem continuar em nossa frente, depois vêm São Paulo e a Bahia. Nós podemos ganhar a terceira posição. Mas isso não é o principal, ser terceiro ou quarto. O importante é a atividade que isso vai trazer para a economia. Atualmente, minha venda de minério de ferro é praticamente zero. Se tenho jazidas de bilhões, vamos colocar para a rua. Isso é trabalho, é renda para as pessoas. Precisamos ver a mineração com um olhar desenvolvimentista e não como uma atividade predadora do meio ambiente. Se você analisar, a área física que uma jazida ocupa é mínima. É um grande buraco numa área de quatro a cinco quilômetros.

Esta percepção se deve a um problema de imagem, ou à maneira como as empresas se portam?

Eu acho que é a fome com a vontade de comer. As empresas não se prepararam para este cenário. Existe uma ideia de que o setor é o grande vilão, enquanto o outro lado é o bom. Os governos e a sociedade têm meios de criar uma convivência equilibrada entre o atendimento das demandas sociais, das demandas de sobrevivência da população e o meio ambiente.

Nós temos bons exemplos de projetos que conseguem este equilíbrio aqui no estado?

Temos sim. Os projetos minerais daqui, você olha a Caraíbas, olha a Ferbasa, Vanádio e vários projetos que conseguem conviver neste ambiente. O que nós precisamos é ampliar estas áreas para trazer benefícios para o geral. Dentro deste caminho é que estamos promovendo um seminário, cujo eixo é inovação e sustentabilidade. Nós temos que enfrentar este assunto.

Quando eu falo em sustentabilidade, não estou falando em algo que vai me beneficiar hoje, estou falando de algo que vai ser importante para os meus netos. Tem que ser resguardada porque é importante para o futuro, mas nós acreditamos que é possível e preciso aliar o desenvolvimento à preservação do meio ambiente.

Qual é a relevância econômica da mineração para a Bahia?

Como é para um produto exportável, normalmente não rende ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), mas tem um impacto positivo muito grande na atração de investimentos e na geração de empregos. Agora mesmo, vamos assinar um contrato para a exploração de jazidas depois de cinco anos e até dezembro serão mais cinco. Isso gera empregos em regiões muito pobres. Veja, neste caso da jazida, serão investidos pela empresa mais R\$ 4 milhões em pesquisas, depois disso serão feitos novos investimentos, trabalhadores contratados e royalties serão gerados para o estado.

Por que este intervalo de cinco anos sem projetos? É por conta do cenário econômico?

Esses ciclos mundiais, de altas e baixas, são uma constante. Você tem produtos que oscilam. O importante é ter um mínimo de planejamento. É preciso estar atento à situação internacional, da economia brasileira, mas é importante estar sempre se mexendo. Nós estamos trabalhando para encontrar novos tipos de minérios. Quando você fala em pedras ornamentais, nós temos o minério, mas não tivemos uma política do estado para a exploração aqui. Esta política foi implantada em Vitória (Espírito Santo), então, nossas pedras vão para lá, onde são trabalhadas e exportadas por lá.

É possível reverter este processo?

Com certeza pode-se reverter, mas isto demanda investimentos, mudança de cultura, tudo. Veja, o investimento inicial na área mineral é muito pesado, então esta prospecção que antigamente era o geólogo, com uma bota bonita, uma bússola e um martelo, mudou. O minério que era uma coisinha bem pequenininha, hoje, para confirmar todos os estudos feitos nos últimos anos, você precisa usar uma maquininha. De olho, não se descobre mais nada. Tem que ir lá embaixo. E isso demanda investimento muito grande e o Brasil não é habituado em investimentos nesta área. Para se ter uma ideia, o Brasil, deste tamanho, investe mais em prospecção que o Peru.

Aqui na Bahia, já há algum tempo, se destaca neste processo de pesquisas.

Nós temos um passado muito rico neste trabalho de prospecção, de identificação. Sem sombras de dúvidas, a CBPM é a companhia de pesquisa mineral mais bem dotada do país. Nossa riqueza de publicações é muito maior que a nossa riqueza em jazidas. São momentos que se vive. Eu quero olhar para a frente, espero que este cenário se modifique em breve.

Setor mineral discute criação de hub

Os integrantes da cadeia da produção mineral da Bahia vão se reunir no próximo dia 14 para discutir os investimentos em inovação e os caminhos para uma atuação mais sustentável no setor. Com a presença de alguns dos mais importantes nomes da mineração brasileira, o evento promovido pelo CORREIO e a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) vai colocar a discussão a criação de um hub com empresas do setor para o fomento de boas práticas empresariais.

Entre os integrantes do poder público, estão confirmados no evento, que será realizado no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Alexandre Vidigal, secretário de Geologia,

Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME) e Victor Hugo Froner Bicca, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM).

“É um encontro voltado para toda a cadeia da mineração baiana”, destaca o presidente da CBPM, Atonio Carlos Tramm.

Na iniciativa privada, o presidente da Largo Resources no Brasil, Paulo Misk, é presença confirmada, para falar sobre a Vanádio de Maracás.

Gustavo Roque, coordenador do Mining Hub, em Minas Gerais, é outra presença confirmada. O projeto que a CBPM pretende implantar no estado é baseado do que está em operação em Minas desde o início deste ano. “O mundo está cada vez mais tecnológico e existe uma demanda por tecnologia na mineração também. Minas Gerais montou o primeiro e nós queremos aprender com a experiência deles”, destaca Tramm.

“O hub é uma aposta no futuro da mineração aqui na Bahia”, acredita.



Estados se unem para mudar proposta de reforma tributária da Câmara

Pela primeira vez, governadores, de forma unânime, fecharam acordo sobre o tema, mas posição final deverá ser aprovada amanhã em reunião dos secretários de Fazenda; a PEC 45, defendida pelos deputados, foi desenhada pelo economista Bernard Appy

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

30 de julho de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Pela primeira vez, os Estados e o Distrito Federal devem se unir e fechar um texto com sugestões de mudanças à proposta de **reforma tributária** que está na **Câmara dos Deputados**. A PEC 45 foi desenhada pelo economista **Bernard Appy**, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

LEIA TAMBÉM [> 'Orçamento engessado impede qualquer redução', diz economista](#)

A posição final dos governadores deverá ser aprovada amanhã, em reunião dos secretários de Fazenda em Brasília. Segundo o secretário de Fazenda do Piauí e presidente do Conselho de Secretários de Fazenda (Consefaz), Rafael Fonteles, as alterações estão relacionadas à exclusão da União do comitê gestor do novo imposto e à manutenção de benefícios tributários, como o da **Zona Franca de Manaus**.

Texto de reforma com apoio dos Estados teria mais chances de ser aprovado. Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

“Eu dizia sempre que haveria uma ampla maioria, mas eu não esperava 26 Estados e o Distrito Federal. Os pontos principais foram todos fechados. O que vamos discutir é questão de redação”, disse Fonteles. “Independentemente de qual será a proposta, pelo menos nos itens que interessam aos Estados, teremos um texto pronto. Com opinião unânime, será mais fácil para os parlamentares aderirem à tese.”

O economista Bernard Appy disse que é muito “positivo” que os Estados fechem um acordo em torno do tema. “Isso nunca aconteceu antes”, disse. Embora defenda o modelo de sua proposta, Appy reconheceu que “reforma boa é a possível de passar no Congresso”.

Na proposta de Appy, os Estados querem que o comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – o novo imposto que une ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI – não tenha a participação da União. Segundo Fonteles, a experiência do Simples Nacional – que reúne tributos cobrados pelas três esferas de governo para pequenas empresas – não foi favorável aos Estados e municípios. “Deixar de ter um imposto iminentemente estadual seria fragilizar muita a questão federativa.”

Os governadores também querem a manutenção do tratamento tributário diferenciado da Zona Franca de Manaus. O IBS, proposta na PEC 45, de autoria do líder do MDB, Baleia Rossi (SP), não prevê nenhum tipo de incentivo fiscal.

Governo

Já a equipe do ministro da Economia, **Paulo Guedes**, planeja enviar uma proposta apenas com abrangência de tributos federais. “Diminuir a carga tributária está nos nossos planos, diminuir um pouco o imposto de renda. Fazer um imposto único é difícil, mas buscar o menor número de impostos. E tratar apenas de impostos federais, que todas as vezes que tentamos tratar de impostos estaduais e municipais não foi possível resolver esse assunto”, defendeu nesta segunda-feira, 29, o presidente Jair Bolsonaro, em uma transmissão ao vivo nas redes sociais enquanto cortava o cabelo.

Segundo Fonteles, se a proposta do governo federal avançar com a unificação somente dos tributos federais, os Estados vão buscar um modelo dual (de Estados e municípios) com a criação de um IVA do ICMS e ISS.

A ideia dos Estados é que a proposta seja feita por meio de uma emenda à PEC 45. Os governadores em reunião no fórum a ser marcado, provavelmente na próxima semana, é que vão decidir o melhor encaminhamento político.

O presidente do Confaz acredita que a votação pelo primeiro turno na Câmara poderá ocorrer até o fim do ano. Para ele, a grande novidade agora para a reforma tributária é o protagonismo do Congresso e a união dos Estados em torno de uma proposta, algo inédito nas últimas décadas. “Sempre foi um entrave nos Estados. O fato é que chegamos numa situação que todos concordam, que temos de ceder aqui e acolá para aprovar um novo modelo”. “Pode não mexer na carga tributária agora, mas que no mínimo a simplificação aconteça”, disse.

Os Estados também defendem que parte da arrecadação do novo imposto (IBS) seja direcionada para um fundo de desenvolvimento regional. Esses recursos seriam usados para compensar Estados, sobretudo do Norte e do Nordeste, na perda de receitas com as novas regras. Hoje, os Estados usam isenções e reduções do ICMS para atrair empresas.

30/07/2019 - 05:00

Estados cobram ICMS sobre bem temporário e desrespeitam acordo

Por Edna Simão

Os Estados estão descumprindo acordo internacional que suspende, por um ano, a incidência de tributos sobre bens admitidos temporariamente no Brasil para feiras de negócios, festivais, exposições e eventos esportivos.

Apesar de o governo brasileiro ser signatário da Convenção de Istambul, que prevê essa isenção temporária, as secretarias estaduais de Fazenda continuam cobrando o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), irregularmente, em aeroportos e portos. Os tributos federais não estão sendo cobrados. Os expositores brasileiros quando participam de eventos no exterior estão sendo beneficiados pela isenção temporária de tributos.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a entidade credenciada pela Receita para emitir o chamado ATA Carnet no Brasil, informou que está recebendo várias reclamações de empresas internacionais sobre as dificuldades na entrada no país e cobrança de tributo de produtos. O problema já foi repassado à Receita e comunicado ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em junho de 2017, mas ainda não foi resolvido. Segundo fonte do Confaz, o assunto está sendo analisado por grupo de trabalho específico.

"Vários países, como Alemanha, Canadá, China, França, Japão e Reino Unido, apresentaram reclamações à CNI, principalmente os Estados Unidos, um dos principais países a entrar com bens amparados pelo ATA Carnet no Brasil. No momento em que buscamos uma aproximação com esse mercado, o descumprimento do acordo pelos Estados brasileiros coloca um obstáculo no incremento dessa relação", afirmou o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi.

Procurada, a Receita Federal destacou que a regulamentação de questões relativas ao ICMS é de exclusiva responsabilidade dos Estados, mas o assunto já foi levado para ser debatido no Confaz. "Não obstante o fato anteriormente mencionado, a Receita Federal do Brasil, por diversas vezes, esteve presente em reuniões de diversos grupos de trabalho do Confaz a fim de contribuir no que fosse possível para a regulamentação da suspensão do ICMS nos casos de admissão temporária de bens ao amparo do Carnê ATA", informou a Receita Federal, por meio de sua assessoria de imprensa.

O Brasil integra desde 2016 o sistema internacional ATA Carnet, que prevê a entrada e saída temporária de bens em 75 países, para facilitar o comércio e a realização de grandes eventos no país. O documento é frequentemente usado para admissão temporária de bens como maquinário industrial, equipamento esportivos, aparelhos médicos, aeronaves, computadores, ferramentas de reparação, equipamentos de fotografia e filmagem, instrumentos musicais, obras de arte e relíquias pré-históricas. Em 2017, mais de 185 mil documentos foram expedidos no mundo.

30/07/2019 - 05:00

Estados e municípios têm de ingressar na reforma para obter recursos, indica estudo

Por **Vandson Lima**

Análise produzida por um grupo de especialistas para os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e governadores sobre um possível acordo entre Estados e União indica que, para resolver a grave situação fiscal, a transferência de novos recursos, como bônus de assinatura da cessão onerosa, deveria ser vinculada à obrigatoriedade de medidas como a inclusão de Estados e municípios na reforma da Previdência.

Além disso, tais recursos extraordinários não poderiam nem sequer chegar aos cofres de governadores e prefeitos, sendo prioritariamente usados para acabar com pendências como dívidas com a União e precatórios. "Não é um tipo de receita adequado para cobrir despesas correntes, que ocorrem todo o mês", aponta o documento. "Por isso, consideramos mais adequado vincular o seu uso ao pagamento de dívidas com a União e dívidas de precatórios. Para garantir que os recursos serão efetivamente usados nessas finalidades, eles nem irão para a conta dos Estados e dos municípios, sendo diretamente transferidos ao Tesouro (abatimento de dívida) ou ao órgão da justiça responsável pelo pagamento de precatórios."

"Um pacto federativo que efetivamente leve ao equilíbrio das contas estaduais precisa condicionar a entrega de recursos à efetiva aprovação de reformas estruturais que diminuam os incentivos ao desequilíbrio fiscal", diz o texto.

Assim, o pacto teria de ser implementado em fases, com a transferência de 30% do valor do bônus de assinatura no leilão da área da cessão onerosa; um percentual das rendas de royalties e participação especial da União, nos campos explorados por regime de concessão, que começaria em 30% (chamado "rendas da concessão"); e a subida ano a ano da renda de concessão, chegando até 70% em oito anos.

Tudo isso ficaria condicionado à prévia aprovação de medidas de reformas no âmbito do Congresso. O valor do bônus de assinatura seria pago somente se forem cumpridas todas as seguintes medidas de ajuste: aprovação de PEC paralela incluindo os Estados na reforma da Previdência e retirando dispositivos, aprovados na Câmara, que limitam prerrogativas estaduais e municipais de gestão de seus inativos e pensionistas, e que federalizam a legislação sobre contribuição previdenciária e regras de aposentadoria de servidores estaduais; revogação do parágrafo 4º do artigo 101 do ADCT, que obriga a União a financiar o pagamento de precatórios de Estados e municípios.

A proposta, contudo, tende a desagradar os governadores, que cobram mais acesso a receitas livres. O texto prega que os recursos recebidos devem ser obrigatoriamente usados para abatimento de dívidas com a União, inclusive parcelas suspensas por ordem judicial - os recursos nem seriam repassados, abatendo diretamente a dívida; por fim, quitação de restos a pagar, executados diretamente pela administração estadual ou municipal. Apenas se sobrar dinheiro dessas ações, os recursos restantes serão de livre alocação pelos Estados e municípios, vedada a aplicação para pagamento de pessoal.

O valor referente a 30% das rendas de concessão também só seria pago se os Estados desistissem de qualquer demanda, administrativa ou judicial, por compensação pela desoneração tributária das exportações (Lei Kandir), referente ao passado, presente e futuro. A compensação bilionária com a Lei Kandir é demanda recorrente.

O critério de partilha dos recursos entre os Estados e os municípios também é questionado. Em vez de dividir os R\$ 21 bilhões estimados apenas pelas atuais regras dos Fundos de Participação de Estados (FPE) e municípios (FPM), o texto propõe partilha conforme o nível e a melhoria de indicadores sociais (taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida, média da nota dos estudantes no Ideb), com coeficiente de ajuste que leve em conta o tamanho da população.

Um argumento dos governadores, de que falta receita, é rechaçado pelo estudo. O texto publica um gráfico segundo o qual, em comparação internacional, o Brasil é um dos países "que mais descentralizam receitas para os governos subnacionais". "De fato, se tirarmos as receitas arrecadadas pela Previdência Social (que são carimbadas para o pagamento de benefícios), a União dispõe de 10,5% das receitas fiscais da federação, enquanto Estados ficam com 9,7%, e os municípios, com 8,7%. Esse quadro está longe de caracterizar centralização excessiva de receitas."

O estudo conclui que o problema dos Estados não é falta de receita. "O problema central é o crescimento acelerado das despesas."

30/07/2019 - 05:00

Estados poderão ter opção de incluir o ICMS em IVA federal

Por Fabio Graner

O governo deve permitir que os Estados possam individualmente acoplar o ICMS ao Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) federal, a ser criado no âmbito da proposta de reforma tributária em fase final de elaboração no Ministério da Economia. A informação foi confirmada ao **Valor** pelo secretário especial da Receita, Marcos Cintra.



Cintra: secretário especial da Receita Federal estima que o IVA federal tende a ter uma alíquota da ordem de 15%

AdChoices
PUBLICIDADE[inRead invented by Teads](#)

Ele apontou ainda que as estimativas mais recentes indicavam que o IVA federal, que vai juntar PIS/Cofins e IPI (e eventualmente algumas modalidades de IOF) tende a ter uma alíquota da ordem de 15%.

"É uma visão liberal, não impositiva", disse Cintra, apontando que o mecanismo de permitir aos Estados aderirem e incorporarem o ICMS no IVA federal é similar ao conceito de "IVA Dual", que está sendo estudado como proposta alternativa pelos secretários estaduais de Fazenda. "Nosso IVA será espelho da PEC 45 [apresentada pelo deputado Baleia Rossi na Câmara dos Deputados]", comentou.

Segundo ele, o Ministério da Economia continua trabalhando com a ideia de um imposto sobre pagamentos (transações financeiras) para substituir a tributação sobre folha de pagamentos das empresas, hoje de 20%. Mas o valor da alíquota desse novo tributo não está definido. Os estudos apontavam para uma taxa de 0,6% nos dois lados de cada transição, mas

números menores também estavam sendo analisados. A definição depende do que mais seria substituído por essa contribuição.

O secretário de Fazenda do Piauí e presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, não quis comentar a ideia em gestação no ministério da Economia de dar opção de os Estados individualmente aderirem ao IVA federal. Mas informou que, amanhã, haverá uma reunião em Brasília por parte do colegiado para apresentação de proposta de alternativa à PEC 45, a ser levada para posterior reunião de governadores, possivelmente na semana seguinte.

Entre as mudanças que o grupo quer propor está a garantia de autonomia dos Estados na definição de alíquota e a ausência do governo federal no comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o IVA nacional, que seria recolhido pelos Estados e repassado para a União e os municípios. "O modelo de comitê gestor do Simples atual não agradou", comentou.

Outro item que deve constar na proposta dos secretários é a criação do fundo de desenvolvimento regional a ser abastecido com uma parcela da alíquota do IBS. Esse fundo visa compensar os Estados pelo fim da guerra fiscal, o que deve ocorrer a partir da mudança da cobrança do imposto estadual da origem para o destino.

Fonteles disse que a ideia também é encurtar a transição do modelo para 10 anos, ante 50 anos previstos na PEC 45. Além disso, eles querem manter um tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus.

O secretário do Piauí esclareceu que a proposta de IVA dual é uma alternativa que os secretários estaduais estão trabalhando caso a ideia da equipe econômica, de IVA federal, avance mais rapidamente do que a proposta de IVA Nacional amplo prevista tanto na PEC da Câmara como na do Senado. "Queremos um IVA amplo, mas podemos caminhar para um IVA dual", explicou.

Para Emerson Casali, consultor do setor de serviços e diretor da CBPI Produtividade Institucional, a indicação de uma alíquota de 15% para o IVA federal favorece alguns setores, mas não todos. "Se pegar um setor que paga IPI, a redução é boa, pois sai de uma carga de 20% para 15% (por fora), a base cálculo é menor em cerca de 18% e poderá aproveitar créditos que não aproveita hoje. No outro extremo estão serviços tributados hoje pelo regime cumulativo, além das empresas do lucro presumido, que vão de 3,65% (e mais alguns poucos créditos não aproveitados) para 15%, com redução de apenas 5% na base de cálculo", disse. "O impacto é muito assimétrico".

Para ele, a eventual desoneração da folha poderia amenizar eventuais impactos do IVA, mas isso dependerá da intensidade em que ela for adotada. "Se o objetivo for evitar impactos negativos sobre os setores, parece imprescindível estabelecer alíquotas diferentes, com ou sem desoneração de folha", comentou.



Estados têm superávit de R\$ 17,5 bi no 1º semestre

Resultado, o melhor desde 2011, foi puxado pelo corte nas despesas e arrecadação

Fabício de Castro, O Estado de S.Paulo

30 de julho de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Com corte nas despesas e arrecadação maior, os Estados brasileiros fecharam o primeiro semestre com **superávit primário** de R\$ 17,5 bilhões. Segundo o **Banco Central**, foi o melhor desempenho para o período desde 2011, quando teve superávit de R\$ 20 bilhões.

LEIA TAMBÉM [>Contas do governo têm déficit de R\\$ 11,5 bi em junho](#)

O superávit primário (arrecadação com impostos superior aos gastos) foi registrado pelos Estados antes do pagamento dos juros da **dívida pública**. Só em junho o resultado foi positivo em R\$ 87 milhões.



Resultados do INSS devem piorar, diz Rocha. Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, tradicionalmente os resultados dos governos estaduais e municipais são mais favoráveis no primeiro semestre. Isso porque as despesas com servidores e aposentadorias e pensões são menores no período. Além disso, os entes federativos recebem mais transferências do governo central.

“Os resultados regionais geralmente são piores no segundo semestre”, pontuou Rocha. “As receitas e despesas não são recebidas nas mesmas proporções em todos os meses do ano. Os gastos com funcionários ou aposentadorias e pensões aumentam no segundo semestre. Do lado das receitas, há concentração de arrecadação no primeiro semestre.”

Na soma de Estados e municípios, o resultado primário também foi positivo em R\$ 19,08 bilhões, o melhor desempenho para o período desde 2015. No caso do governo central – que reúne as contas do governo federal, do BC e do INSS –, houve déficit (despesas maiores que as receitas) de R\$ 24,67 bilhões.

O rombo foi menor que o da primeira metade de 2018 (R\$ 28,72 bilhões), mas indica a dificuldade do governo em organizar as contas em razão do déficit da Previdência. Só nos seis primeiros meses o rombo no INSS somou R\$ 95 bilhões. “Vemos uma tendência de melhora no resultado do governo federal e de piora no do INSS”, disse Rocha. A reforma da Previdência busca estancar o rombo no INSS.

Em razão dos resultados do governo central, dos Estados e municípios, o setor público como um todo teve déficit primário de R\$ 5,74 bilhões, menos da metade ante igual período de 2018. Mas a expectativa do governo é de que cresça. A meta considerada para o ano é de déficit de R\$ 132 bilhões.

Para o economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini, o déficit primário será menor – próximo de R\$ 97 bilhões. “Mas o Brasil ainda não saiu da UTI; só vai sair quando tiver resultado positivo no primário. O grande desafio é ficar bastante abaixo da meta (de déficit de R\$ 132 bilhões) para, em 2020, ficar perto de zero para começar a estabilizar a dívida pública”.

Veículo: G1	
Data: 30/07/2019	Caderno: Economia



Em quatro anos, déficit da Previdência dos estados mais do que dobra

Neste ano, rombo com as aposentadorias dos regimes próprios estaduais deve chegar a R\$ 144,6 bilhões, o que representa um crescimento de 137% em relação a 2015; cálculos são do economista Paulo Tafner.

Por Anna Carolina Papp, Bianca Pinto Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

30/07/2019 06h00 Atualizado há 4 horas

Os governadores estão diante de uma bomba-relógio. Nos últimos quatro anos, o déficit previdenciário dos Estados disparou e mais do que dobrou. Debilitadas, as finanças estaduais inspiram cuidados, segundo analistas. Excluídos da **reforma da Previdência** aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, os estados vão ter de lidar com um déficit das aposentadorias dos regimes próprios de R\$ 144,6 bilhões neste ano, de acordo com cálculos do economista Paulo Tafner, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Em quatro anos – de 2015 ao final de 2019 –, estima-se que o rombo cresça 137%.

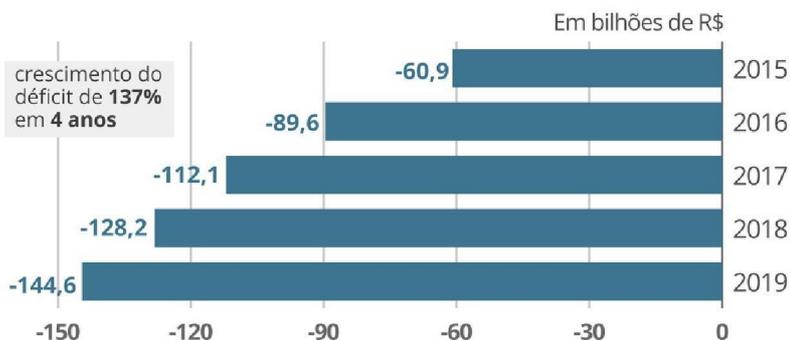
O quadro preocupante dos estados fica evidente quando se faz uma comparação com a situação do governo federal. No mesmo período, entre 2015 e 2019, o déficit do regime próprio da União vai crescer 36%, para R\$ 98,8 bilhões.

"O déficit da União cresce de forma acelerada, porém num ritmo muito menor do que o dos estados. E isso ocorre basicamente porque a União está numa etapa mais avançada de amadurecimento previdenciário. Ele cresceu muito há uns anos e agora está começando a se estabilizar", afirma Tafner. "Não é o caso dos estados, que contrataram muita gente ao longo dos anos 1990, 2000, 2010 e várias dessas pessoas estão se aposentando agora."

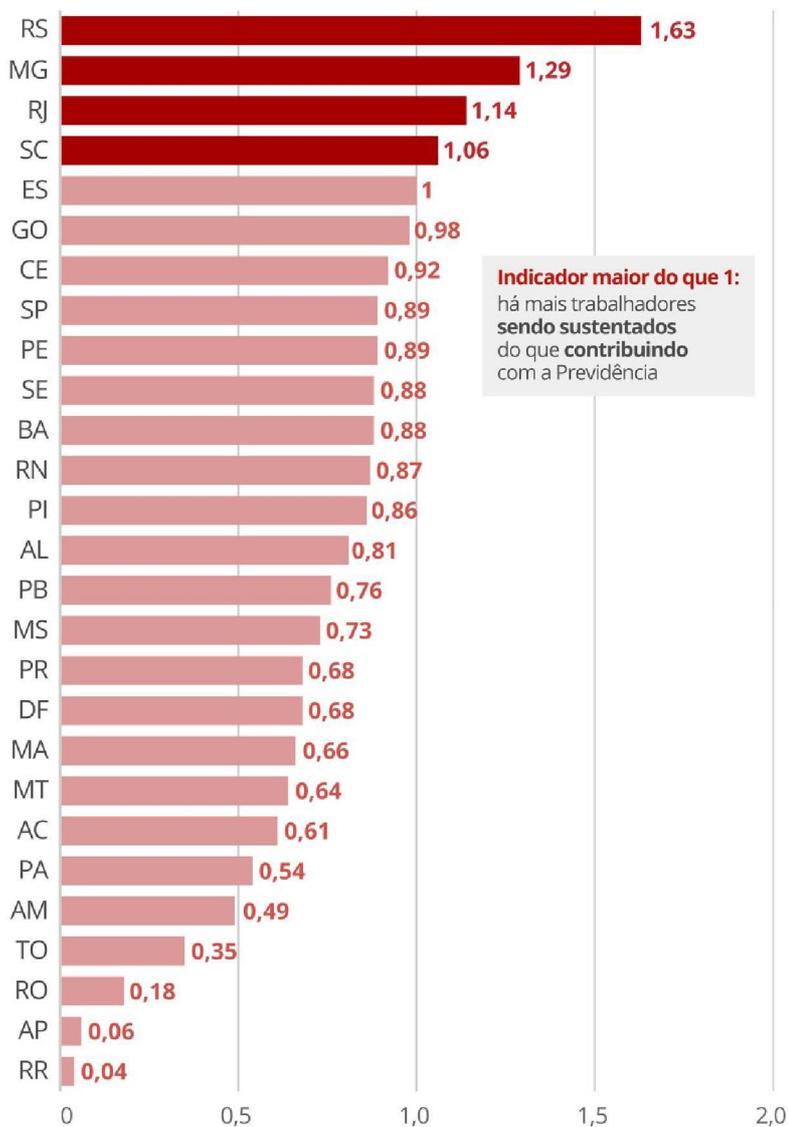
Bomba-relógio

Gastos previdenciários dos Estados dispararam nos últimos anos

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DOS ESTADOS COM A PREVIDÊNCIA



RELAÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS POR ATIVOS



Fonte: Paulo Tafner

A **reforma da Previdência aprovada já em primeiro turno na Câmara dos Deputados** não incorporou estados e municípios, o que significa que nada deve mudar para estes entes federativos. Para resolver a situação dos governos estaduais, uma das alternativas apontadas pelos senadores é a de criar uma **proposta paralela para incluir os governos municipais e estaduais**. A fragilidade fiscal dos estados não é nova, embora tenha se agravado nos últimos anos, na esteira da crise econômica. Antes de iniciada a recessão, muitos governadores aumentaram o endividamento dos governos e concederam reajustes acima da inflação para os servidores. Com a recessão, a partir de 2015, as receitas dos estados passaram a cair, criando um descompasso entre arrecadação e gasto.



Plenário da Câmara durante votação de destaques da reforma da Previdência nesta quinta-feira (11) — Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

O quadro dos estados é dramático porque há pouca margem de manobra se comparado com a situação da União. O governo federal pode, por exemplo, emitir dívida para se financiar, o que é inviável para os governos estaduais. **"Eu costumo dizer que o quadro das finanças estaduais e mesmo dos municípios é mais sério que o da União, do governo federal. Por quê? Porque eles têm menos instrumentos para lidar com a crise econômica, com a crise fiscal", diz o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto.**

A crise dos estados atinge em cheio a vida cidadão. São eles que fornecem boa parte dos serviços básicos para a sociedade, como educação, saúde e segurança pública. Sem folga no orçamento, boa parte das políticas públicas está sendo comprometida e, em alguns locais, o salário de servidores está atrasado.

No quadro geral, alguns estados têm uma situação fiscal mais delicada do que outros, sobretudo aqueles que têm uma burocracia mais velha, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesses casos, a relação de trabalhadores aposentados e pensionistas é maior do que a de profissionais na ativa, evidenciando a necessidade de um ajuste nas regras previdenciárias.

Entre os analistas, no entanto, é consenso que todos os estados – mesmo aqueles em uma situação um pouco mais confortável - vão ter um problema fiscal pela frente se não endereçarem a questão previdenciária.

"Sem uma reforma, nenhum Estado escapa (da crise). Alguns já estão numa situação de colapso porque eles têm uma máquina pública mais envelhecida, mais antiga", afirma a economista e sócia da consultoria Oliver Wyman, Ana Carla Abrão. "Todos os estados chegarão (ao colapso) sem a reforma da Previdência. É uma questão de tempo."

Inicialmente, quando a reforma da Previdência foi apresentada, **o governo federal estimava uma economia de R\$ 329,5 bilhões para os estados em dez anos**. A maior parte do alívio nas contas viria justamente da mudança nas regras para servidores públicos.

Veículo: G1	
Data: 30/07/2019	Caderno: Economia



Estados planejam reformas próprias da Previdência se ficarem de fora da proposta do Congresso

Proposta de reforma já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados manteve as administrações estaduais de fora das novas regras.

Por Anna Carolina Papp, Bianca Pinto Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

30/07/2019 06h00 Atualizado há 2 horas

Sem a certeza de que serão incluídos na **reforma da Previdência**, os governos estaduais já começam a estudar uma alternativa própria para resolver a questão da aposentadoria dos servidores públicos e, dessa forma, conseguir garantir a sustentabilidade das finanças públicas.

Hoje, estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro já têm mais aposentados e pensionistas do que servidores na ativa, o que deixa evidente a necessidade de uma reforma. A **relação é de 1,63 no RS, de 1,29 em MG e de 1,14 no RJ.**

Neste ano, o déficit das aposentadorias dos regimes próprios dos estados vai alcançar R\$ 144,6 bilhões, de acordo com cálculos do economista Paulo Tafner, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Em quatro anos – de 2015 ao final de 2019 –, estima-se que o rombo cresça 137%.

A **reforma da Previdência aprovada já em primeiro turno na Câmara dos Deputados** excluiu estados e municípios. Para resolver a situação dos governos estaduais, uma das alternativas apontadas pelos senadores é a de criar uma **proposta paralela para incluir os governos municipais e estaduais.**

A seguir, leia entrevista com secretários de Fazenda sobre a situação fiscal dos governos estaduais e as estratégias que podem ser adotadas caso os estados não sejam incluídos na reforma.

Luiz Cláudio Carvalho, secretário da Fazenda do Rio de Janeiro

- **Qual é a situação fiscal do estado?**
O Rio de Janeiro vem enfrentando uma crise fiscal muito séria. O estado tem déficits reiterados em todos os anos. O deste ano, por exemplo, deve ser da ordem de R\$ 13 bilhões. É um estado que gasta mais do que arrecada. A folha de aposentados do Rio Previdência pesa bastante nas contas, algo como R\$ 15 bilhões por ano. Em 2019, a

principal fonte de financiamento do Rio Previdência são os royalties e as participações governamentais que o governo recebe. Este ano deve beirar algo como R\$ 11 bilhões. Os outros R\$ 4 bilhões serão custeados pelo Tesouro.

- **Qual é a importância de os estados serem incorporados na reforma da Previdência?**

Os estados e municípios têm que entrar. O Brasil precisa fazer uma reforma previdenciária única. Todo mundo tem que estar sujeito às mesmas regras de aposentadoria. Portanto é fundamental que estados e municípios também possam entrar. O Rio de Janeiro tem uma estimativa de economia de R\$ 5 bilhões nos próximos quatro anos e em torno de R\$ 100 bilhões ao longo de todo o período. Esse R\$ 100 bilhões, se a reforma não acontecer, serão custeados pelo Tesouro, ou seja, recursos que deixam de ir para saúde, educação, segurança pública e acabam tendo que ser direcionados, destinados para pagamento das aposentadorias e pensões.

- **A proposta em andamento no Congresso reduziu a idade mínima para professores e policiais. Isso pode prejudicar o impacto da proposta?**

Esses realmente são os maiores contingentes de servidores estaduais, os policiais e os professores. A idade mínima que foi reduzida na proposta inicial de qualquer forma é maior do que a vigente hoje, então os Estados terão uma economia na comparação com o regime vigente. Agora, é lógico que o estado precisa de uma economia 'o quanto maior melhor'. Como eu já disse e reforço, esses valores são custeados pelo Tesouro; a insuficiência é custeada pelo Tesouro. Então seria importante que as idades sejam tratadas da forma correta, ou seja, que professores e policiais também cheguem à idade dos demais servidores.

- **Caso estados e municípios não entrem na proposta, o Rio pretende fazer uma reforma própria?**

É necessário que se faça. A gente já começa a elaborar algumas minutas de texto para fazer a reforma da Previdência estadual. O ideal, como eu disse, é que seja uma reforma única, o país todo sob o mesmo regime. Agora, se isso não for possível, o plano B seria uma reforma estadual. A gente já tem trabalhado alguns textos para encaminhar para a Assembleia Legislativa se for o caso.

Gustavo Barbosa, secretário de Fazenda de Minas Gerais

- **Qual é a situação fiscal de Minas Gerais?**

A situação fiscal do estado está completamente degradada. Temos R\$ 20 bilhões de restos a pagar, além de outros endividamentos que não são considerados. O nosso endividamento consolidado é de R\$ 34 bilhões. Em termos de relatividade, Minas Gerais tem uma receita corrente líquida de R\$ 60 bilhões, então só de dívida do passado são mais de 50% da receita. Isso mostra a fragilidade do Estado.

- **Qual é a importância de os Estados serem incorporados na reforma da Previdência?**

O Estado tem um déficit previdenciário anual em torno de R\$ 18 bilhões. A Previdência é, sem dúvida nenhuma, a principal questão fiscal do Estado de Minas Gerais. Para a gente, é impensável não participar da reforma da Previdência. A nossa avaliação é que Estados e municípios deveriam estar inseridos.

- **Se Estados conseguirem ser incorporados, qual é a sua avaliação da reforma?**

Uma reforma – e qualquer que seja ela - não resolve 100% do problema. Não existe essa possibilidade. Há duas questões importantes. A reforma muda muito pouco (no curto prazo), mas muda no médio e longo prazo. Temos uma análise de impacto de que a reforma da Previdência impacta algo como R\$ 35 bilhões nas contas do estado nos próximos 10 anos.

- **Se os Estados seguirem excluídos da proposta do Congresso, Minas planeja uma reforma própria?**

Sim. A gente não tem como fugir dessa discussão e é mais uma pauta dura, difícil, mas que tem de ser enfrentada. A nossa avaliação é que não podemos abrir mão de discutir uma reforma previdenciária mesmo que seja no âmbito regional.

Marco Aurelio Cardoso, secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul

- **Qual é a atual situação fiscal do RS e qual é urgência e necessidade de uma reforma da Previdência?**

A insuficiência crônica do orçamento de 2019 do Rio Grande do Sul soma R\$ 7 bilhões. Isso significa que, estruturalmente, o estado não tem recursos para quitar mais do que oito folhas de pagamento no ano. Essa projeção considera o cenário real para 2019 e também os riscos fiscais aos quais o Rio Grande do Sul está exposto dada a precariedade da situação fiscal. O Rio Grande do Sul tem uma das piores situações previdenciárias do Brasil, com déficit de R\$ 11,6 bilhões no ano passado e projeção para 2019 de R\$ 12,35 bilhões.

- **Qual será a consequência para o RS de ficar de fora da reforma em andamento no Congresso?**

A reforma da Previdência é fundamental para a sustentabilidade fiscal do Rio Grande do Sul. Desde a apresentação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição), o governo do estado tem defendido sua relevância porque é essencial para o Rio Grande do Sul e para outros estados. Alguns entes federativos já sofrem com o alto déficit da Previdência e outros ainda vão enfrentar os mesmos problemas em breve. Ao propor a reforma, o governo federal levou em consideração estudos demográficos que mostram que a expectativa de vida das pessoas aumentou muito. A população gaúcha e brasileira está vivendo mais e aposentadorias especiais garantem a inatividade de grande parte dos servidores na faixa abaixo dos 50 anos. Mesmo já tendo adotado alíquota básica de 14% e também a previdência complementar, o Rio Grande do Sul precisa avançar na reforma da previdência.

- **A reforma aprovada reduziu a idade de aposentadoria de professores e policiais. Mesmo se for possível para o RS aderir ao projeto do governo federal, ele será suficiente para equilibrar as contas públicas do estado?**

Atualizar regras da Previdência é uma parte importante do esforço que o Rio Grande do Sul precisa implementar. A mudança de idade está relacionada à uma nova estrutura demográfica do país, mas isso não significa solução para o déficit estrutural das contas públicas. O estado já gasta mais com inativos e pensionistas do que com ativos. Precisamos de regras mais profundas para mudar esse cenário pensando no futuro, com medidas complementares.

- **O RS planeja uma reforma da Previdência própria se os estados realmente ficarem de fora do projeto aprovado em Brasília?**

-

Estamos fazendo estudos e aguardando o texto final da reforma para avaliar quais alternativas estarão à disposição dos estados. Mas há um compromisso do governo em reduzir o impacto dos gastos com pessoal. Essa redução torna-se cada vez mais urgente tendo em vista que o Rio Grande do Sul não conta com receita ordinária para pagar suas despesas e dado o cenário de estagnação da economia nacional.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/07/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Guedes quer proibir que estados usem verba do petróleo para bancar servidor

Foto: Divulgação



Paulo Guedes

Diante da promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de distribuir recursos aos estados após a aprovação da reforma da Previdência, o governo estuda criar travas para impedir que governadores direcionem as verbas para finalidades consideradas inadequadas. Membros do Ministério da Economia afirmaram à Folha que a pasta avalia enviar uma proposta ao Congresso neste semestre para vedar determinados tipos de gasto. O foco principal é impedir que os novos recursos, provenientes da exploração de petróleo, sejam consumidos com a folha de pagamentos de servidores públicos estaduais. A regra proibiria os governadores de direcionar os valores para pagamento de salários, concessão de reajustes e ampliação de benefícios. Desde a apresentação da proposta de reforma das regras de aposentadoria, Guedes disse mais de uma vez que ampliaria os repasses aos estados caso a medida fosse aprovada no Legislativo. O ministro já chegou a afirmar que pretendia destinar a governos estaduais e municipais até 70% do Fundo Social, composto por recursos de exploração de petróleo e hoje de uso exclusivo da União. Em abril, Guedes também disse que, após a aprovação da nova Previdência, o governo repassaria até R\$ 6 bilhões a estados como forma de antecipar a arrecadação do megaleilão de petróleo do pré-sal, agendado para o fim deste ano. No certame, o governo espera receber R\$ 106 bilhões pela assinatura do contrato. A reforma da Previdência foi aprovada em primeiro turno na Câmara com larga vantagem de votos favoráveis. Após o retorno do recesso parlamentar, em agosto, o texto passará por votação em segundo turno na Câmara, antes de ser enviado para o Senado. Técnicos do ministério defendem a criação das travas antes da liberação dos recursos aos estados. O argumento é que as receitas de petróleo são variáveis, sujeitas a flutuações na produção e nos valores do dólar e do barril. O gasto com salário de servidores, por sua vez, é permanente. Por isso, defendem que o dinheiro não seja usado para essa finalidade.

Estadão

30/07/2019 - 05:00

Fisco do futuro é on-line e em tempo real

Por **Chris Giles**

A poucos minutos de caminhada da Praça Vermelha, em Moscou, há um prédio de alta segurança da era soviética, onde fica o Serviço da Receita Federal da Rússia. Do lado de dentro, porém, não há nada de soviético na tecnologia empregada pelo órgão.

De pé, em frente a uma imensa parede formada por monitores de vídeo, Mikhail Mishustin, diretor da Receita Federal russa, prepara-se para fazer uma exibição do que o seu departamento pode fazer. "Onde você se hospedou na noite passada?", pergunta. Quando respondo, seu pessoal amplia na tela o trecho do mapa onde está o Hotel Budapeste. "Você tomou um café?" Os funcionários então clicam nos recibos de bebidas e alimentos do hotel na noite anterior. "Veja, [o hotel] vendeu três cappuccinos, um expresso e um caffè latte. Um deles era o seu", declara Mishustin, triunfante. Ele acertou.

Esse é o futuro do serviço de administração fiscal - digital, em tempo real e sem necessidade de fazer a declaração do imposto. As autoridades recebem as notas fiscais de cada transação na Rússia, de São Petersburgo a Vladivostok, em 90 segundos. As informações já ajudaram a expor erros, evasões e fraudes no recolhimento do imposto sobre o consumo da Rússia, o imposto sobre o valor agregado (IVA) do país, o que permitiu ao governo elevar a arrecadação em ritmo superior ao do desempenho geral da economia russa.

O novo sistema é direcionado mais aos lojistas do que aos oligarcas, os bilionários que controlam setores da economia. A Rússia ainda vai mal nos rankings internacionais de corrupção. Está apenas no 138º lugar entre 180 países no índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional, em virtude da falta de independência da mídia, do compadrio e da parcialidade do judiciário. Mas a redução da evasão fiscal entre os russos comuns e a descoberta de fiscais corruptos ajudou a elevar a arrecadação e a limpar o sistema.

É exatamente esse tipo de tecnologia que promete "mudar o jogo", diz Pascal Saint-Amans, diretor do Centro de Gerenciamento e Políticas de Impostos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris. Ele acredita que ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que a informação digital recolhida pelas autoridades fiscais fique segura e não seja usada para criar um "Grande Irmão e um Estado opressor".

Há, entretanto, enormes vantagens para as autoridades fiscais na coleta de informações on-line para garantir que o dinheiro devido seja realmente pago, diz Saint-Amans. "Estamos falando de centenas de bilhões em todo o mundo", acrescenta. Ter capacidade para rastrear as informações "sempre foi o sonho de qualquer coletor de impostos".

Seu otimismo contrasta com o mau humor usual em torno da tarefa de cobrar os impostos necessários para financiar os serviços públicos. Em tempos de envelhecimento da população e de demanda cada vez maior por assistência médica, aposentadorias e assistência social, há constantes preocupações quanto à facilidade encontrada pelas gigantes tecnológicas para transferir lucros pelo mundo e evitar os impostos sobre a pessoa jurídica.



Mikhail Mishustin, diretor da Receita Federal russa, comandou a modernização do sistema de arrecadação fiscal do país, hoje um dos mais avançados no mundo

No mundo das receitas federais, porém, o sentimento que predomina é a esperança. "Os benefícios da tecnologia para as autoridades fiscais na cobrança de impostos indiretos [como o IVA] podem muito bem superar os problemas que ela gera no sistema de imposto direto [como o imposto sobre pessoas jurídicas]", disse Chris Sanger, diretor da área de consultoria mundial de tributos na EY.

O sistema fiscal russo, com sua dependência excessiva da arrecadação na área de petróleo e gás e as sérias preocupações com a evasão e fiscais corruptos, estava no ponto certo para passar por uma reforma. Escolhido a dedo pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin, para comandar o Serviço da Receita Federal, Mishustin é de formação um especialista em tecnologia, não em políticas públicas. Ele decidiu melhorar a arrecadação russa por meio da adoção e do aperfeiçoamento dos sistemas mais modernos existentes no mundo.

Normalmente, economistas e funcionários públicos aprendem a lidar com a tecnologia, "nós criamos a tecnologia e agora estamos nos tornando economistas", disse Mishustin.

O IVA foi seu primeiro alvo. Esse tributo tomou o mundo de assalto desde que foi criado pela França, nos anos 50. Hoje, é aplicado em mais de 165 países e representa mais de 20% da arrecadação tributária mundial. Só nas economias avançadas, arrecada mais de US\$ 3 trilhões. As duas principais vantagens do imposto são o volume de arrecadação que pode gerar para os governos e sua percepção de resistência a fraudes, em comparação a impostos sobre as vendas como os ainda aplicados nos EUA.

Como é recolhido ao longo da cadeia de fornecimento, e as empresas são capazes de pedir a restituição do imposto que pagaram sobre seus insumos e cobrá-lo em suas vendas, possui um elemento embutido de autoincentivo a sua adoção. Além disso, todos os lados querem ter a documentação apropriada de suas vendas e compras para o caso de caírem na malha fina da Receita Federal, o que, na realidade, raramente acontece.

Há duas áreas, porém, onde o IVA em sido alvo de significativa fraude na maioria dos países. A primeira é quando alguns não pagam o imposto que devem sobre suas vendas e, então, somem deixando as autoridades sem nada. A segunda é quando os clientes varejistas conspiram com os vendedores para comprar bens e serviços (em geral serviços) sem pedir nota fiscal, e o imposto não é cobrado do consumidor final.

A diferença entre o IVA devido e o arrecadado girava em torno a 20% na Rússia antes da reforma do sistema, segundo Mishustin. Em uma economia avançada como a do Reino Unido, a receita britânica estimou essa diferença em 9,1% no período 2017-2018.

Para enfrentar o problema, a Rússia montou dois enormes centros de dados e aprovou leis obrigando as empresas a apresentar todas as notas fiscais entre empresas. Também exigiu que todos os varejistas comprassem novas caixas registradoras, que foram conectadas, de forma segura e direta, aos centros de dados.

Agora, o sistema pode verificar em tempo real cada nota fiscal e garantir que o pagamento da restituição do imposto feito pelo governo esteja realmente ligado às notas, e que as empresas enviaram mesmo o dinheiro às autoridades. Depois, usando inteligência artificial, o sistema pode rapidamente encontrar padrões nos dados, assim como empresas que tenham muitos elos faltando. Dessa forma, as autoridades podem se concentrar em determinadas empresas para fazer auditorias fiscais. Como tudo está conectado, também podem detectar fiscais com níveis de arrecadação muito baixos nas empresas pelas quais são responsáveis.

A diferença de 20% no IVA agora caiu para 1%. Além disso, como a arrecadação tornou-se mais eficiente, o número de notas fiscais decolou. Entre 2014 e 2018, o valor arrecadado com o IVA subiu 64%, em comparação ao aumento nominal de 21% no consumo doméstico no mesmo período.

O sistema russo, depois de ter permitido acesso às informações sobre meu café no hotel, é capaz de, com apenas alguns cliques, mostrar as vendas e preços de todos os cafés vendidos no país ou de qualquer outro bem ou serviço. O sistema usa a inteligência artificial não apenas para identificar varejistas ou restaurantes que possam estar vendendo menos do que o esperado por meio de transações em dinheiro não contabilizadas no caixa, mas também para ler as notas e dar estatísticas nacionais.

"Como você mede a inflação no Reino Unido?", pergunta Mishustin. Depois de ouvir uma explicação de como um exército de pessoas com pranchetas checam os preços dos bens e serviços uma vez por mês por todo o Reino Unido, ele grita: "Besteira! Isso é besteira. Podemos ver tudo que é comprado em qualquer lugar", diz Mishustin, que está mostrando o sistema pela primeira vez a uma organização de mídia internacional.

As autoridades russas querem estender a arrecadação por vias tecnológicas para a economia informal, na qual trabalhadores autônomos de baixa renda - por exemplo, babás ou trabalhadores temporários - ganham pequenas quantias que raramente são analisadas, embora esses pagamentos estejam sujeitos ao imposto de renda. Os autônomos que se inscrevem num novo aplicativo de celular pagam 4% do faturamento em serviços, deduzido automaticamente de sua conta bancária.

A adesão vista até agora neste ano superou as expectativas, uma vez que ela garante que as autoridades não irão atrás das pessoas por impostos não pagos.

"A maioria das pessoas quer estar limpa", diz Mishustin, que assinou acordos com empresas como Uber e AirBnB para deduzir pagamentos diretamente por meio do aplicativo. "Queremos estar inseridos no ecossistema nacional de contribuintes e, então, não incomodar mais."

A Rússia está na vanguarda com o seu sistema de gerenciamento de impostos, mas não é o único país que está buscando usar dados em tempo real para combater a fraude e a evasão fiscal. Muitos outros agora vêm conectando seus sistemas de fiscalização às caixas registradoras, especialmente onde havia muita evasão no passado.

Portugal, um dos primeiros a fazê-lo, agregou um incentivo extra para que os consumidores paguem o IVA e para garantir que os varejistas façam o mesmo. Quando os consumidores adicionam seu número fiscal pessoal a uma nota eletrônica, o número é inserido em uma loteria mensal que dá prêmios substanciais, como carros novos.

Rita de la Feria, professora de legislação tributária na Universidade de Leeds, diz que consumidores de produtos ou serviços com histórico de sonegação do IVA, como restaurantes, podem ter uma dedução de 15% do IVA pago em sua declaração anual de imposto de renda. "Isso mudou a mentalidade e a forma como a sociedade vê a informalidade", diz. "Agora, em Portugal, os varejistas perguntam rotineiramente se você quer adicionar seu número fiscal em qualquer compra."

Em muitos países nórdicos, as autoridades têm um volume suficiente de dados verificados para entregar as declarações já preenchidas e pedir aos contribuintes pessoas físicas apenas para aprová-las, diz Sanger, da EY. Em vez de indignação com um Estado Grande Irmão, "a dificuldade é fazer as pessoas se importarem em checar" as informações.

Esses exemplos, contudo, não solucionam grandes preocupações quanto à privacidade e proteção de dados. Em Portugal, diferentemente da Rússia, se as pessoas acrescentam seu número fiscal pessoal às notas fiscais, o Estado pode ver tudo o que elas ganham e tudo o que gastam. "As autoridades fiscais têm informações sobre literalmente tudo o que você faz", diz a professora De la Feria, embora ressalte que a preocupação pública inicial foi apaziguada pela inexistência de vazamentos e pela ideia de que isso agora simplesmente faz parte da prestação de contas sobre os impostos.

É nesse ponto que a OCDE pretende elaborar padrões básicos para que, pelo menos nos países participantes, os dados continuem seguros e não sejam mal utilizados. Ainda assim, segundo Saint-Amans, as evidências não indicam que o público esteja tão preocupado assim com a privacidade. "Lembre-se, as pessoas vêm dando dados de graça para o Google, a Amazon e outras grandes empresas de tecnologia", acrescentou.

Em alguns países - especialmente onde não há uma crise de arrecadação grave o suficiente para forçar mudanças rápidas - há receios se público vai aceitar a ideia de que novas tecnologias tão intrusivas por parte do Estado são necessárias, uma vez que o sistema de arrecadação fiscal já funciona razoavelmente bem.

Edward Troup, diretor da receita britânica até 2018, diz que em países como o Reino Unido pode ser difícil implementar um sistema tão generalista, que dá pouco ou nenhum espaço para casos mais complexos. "Democracias mais maduras encontram mais dificuldade do que a Rússia ou a China poderiam encontrar para tratar com aspereza os casos que são exceções - tanto pela falta de disposição em aplicar uma mão forte quanto pela expectativa social de tratamento humano para os casos difíceis", diz.

Ainda assim, ele vê a tecnologia como uma resposta de longo prazo para uma arrecadação de impostos mais eficiente. Sobre o programa "digitalizando os impostos", que exige apenas das empresas a entrega das declarações de IVA eletronicamente, Troup disse que, uma vez que esteja em vigor, ele pode ser integrado a caixas registradoras e a sistemas de venda bem administrados que alimentem de dados a receita federal britânica diretamente.

"Acredito fortemente que essa seja a solução, mas gostaria de evitar um lançamento com falhas que acabe atrasando o progresso em décadas", disse Troup.

Se esses problemas forem resolvidos e muitos países adotarem uma arrecadação e sistemas de gerenciamento tributário automáticos e digitais, o próximo passo seria melhorar a eficiência dos sistemas tributários de formas atualmente consideradas impossíveis, diz De la Feria. A maioria dos países tem sistemas de IVA terrivelmente ineficientes porque, por exemplo, têm muitas isenções e alíquotas zero para itens como alimentos ou roupas de bebê, que são justificadas como auxílios para as famílias mais pobres.

Trata-se de uma redistribuição muito ineficiente, argumenta a professora, porque "deixamos de tributar um monte de pessoas que poderiam pagar o IVA nesses itens e [porque] sabemos que a grande maioria do consumo de alimentos, por exemplo, é feita por clientes de alta renda".

Quando os números fiscais individuais de uma pessoa forem casados automaticamente com as notas fiscais, De la Feria vislumbra um sistema em que as famílias pobres receberiam automaticamente desconto no IVA por meio da seguridade social. "Dessa forma, você consegue uma proteção direcionada para famílias de baixa renda."

Pagamentos de impostos individualizados e automatizados de acordo com a renda familiar ainda estão no reino da ficção científica. Mas a necessidade de aumentar a arrecadação sem aumentar os impostos é um problema grave, que é enfrentado por muitos países e só vai aumentar, uma vez que o envelhecimento das sociedades intensifica a pressão sobre os orçamentos públicos. Embora as autoridades fiscais ainda não estejam vendo atualmente em que seus cidadãos gastam todo seu dinheiro, a tecnologia para isso já existe e vem se disseminando rapidamente pelo mundo. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

30/07/2019 - 05:00

Mudança em marco legal de PPPs e concessão entra na mira de deputados

Por Lu Aiko Otta

Na volta do recesso parlamentar, a Câmara vai instalar no dia 6 de agosto uma comissão especial que avaliará mudanças no marco legal das concessões, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e fundos de investimento em infraestrutura. Num quadro de forte restrição fiscal, parcerias com empresas são a aposta não só do governo federal, como também de Estados e municípios, para avançar com investimentos em infraestrutura.

No entanto, a base legal desses negócios ainda precisa de aperfeiçoamentos. "A legislação sobre o tema é antiga e não incorpora avanços tecnológicos", disse ao **Valor** o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que será o relator da comissão.

A criação da comissão foi uma iniciativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que vem impulsionando uma agenda econômica independente do Executivo. "Do ponto de vista macroeconômico, vamos terminar a votação da reforma da Previdência e enfrentar a questão da reforma tributária", disse o Jardim. "Uma terceira vertente é aprimorar o marco regulatório das concessões, PPPs e fundos de investimento em infraestrutura."

Embora seja integrante da pauta própria da Câmara, essa comissão trabalha em sintonia com o Executivo, assegurou Jardim. A interlocução vem sendo feita com os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A intenção é levar os temas para discutir também com a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

A base jurídica de uma solução para o aeroporto de Viracopos é um dos temas a serem analisados pela comissão. Esse é o primeiro caso de uma concessão federal que está em recuperação judicial. Caso o contrato chegue ao ponto de ser declarado caduco, não há clareza sobre como será feito o encontro de contas entre a concessionária, pelos investimentos que já realizou, e o governo federal.

Outro tema que pode ganhar uma nova regulamentação são as prorrogações de contratos. O deputado cita como exemplo o Estado de São Paulo, onde várias concessões de rodovia estão chegando ao fim. Estão em curso novas licitações, como a dos 1.273 Km do lote Piracicaba Panorama, que exigirá investimentos de R\$ 14 bilhões.

Mas, em alguns casos, o governo do Estado poderia ver mais vantagem em prorrogar os contratos em vigor, em vez de fazer um novo. É para essa situação que a comissão pretende elaborar uma nova legislação.

Essa mesma norma poderia dar uma base jurídica mais segura para as prorrogações de contratos de ferrovia em análise no governo federal, com investimentos previstos de ao menos R\$ 34 bilhões para cinco projetos: Rumo Malha Paulista, Estrada de Ferro Carajás, Ferrovia Centro Atlântica, Estrada de Ferro Vitória a Minas e MRS. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) fez ressalvas a essas operações.

"São as primeiras concessões que foram feitas, e os contratos são muito frágeis", disse Jardim.

Ainda no campo das ferrovias, a comissão deverá incorporar, após aprovado, um projeto de lei que se encontra em análise no Senado. Permite que linhas férreas sejam construídas e exploradas sob regime de autorização, e não de concessão como é hoje. É um modelo usado nos Estados Unidos, em que a empresa interessada propõe ao governo a construção de uma

ferrovia. Autorizada, pode construir e explorar. Na concessão, a iniciativa de escolher a rota e buscar interessados é do governo federal.

Uma candidata ao regime de autorização é a Ferrogrão, uma linha de 933 km ligando Sinop (MT) a Miritituba (PA). Segundo Jardim, a comissão vai analisar a autorização em outras áreas. Também pretende discutir a inclusão de empreendimentos imobiliários em fundos de investimento em infraestrutura.

30/07/2019 - 05:00

Receita Federal exige de empresas informações sobre exclusão do ICMS

Por Joice Bacelo e Beatriz Olivon

A Receita Federal tem notificado contribuintes para informarem, em um prazo de 20 dias, o método que decidiram adotar para a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - se com base no imposto que consta na nota fiscal ou o efetivamente recolhido. Os comunicados estão partindo da Delegacia Especial de Maiores Contribuintes (Demac), em São Paulo, e já foram recebidos por empresas do setor varejista.

São companhias com decisões administrativas ou judiciais garantindo a existência do crédito tributário - decorrente da exclusão do imposto - e que ainda não fizeram a habilitação perante a Receita Federal.

Trata-se de um texto padrão. O Fisco pede o detalhamento do cálculo e faz outras duas solicitações: para o contribuinte informar a base legal, administrativa ou judicial que garante a retirada do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins e para que apresente a origem do valor do imposto excluído.

Consta que o documento "não caracteriza início do procedimento fiscal". A Receita Federal "lembra", no entanto, que "a não observância das regras de elaboração e apresentação da EFD [Escrituração Fiscal Digital, o arquivo digital onde constam as informações dos contribuintes] enseja a aplicação de penalidades previstas no artigo 10 da Instrução Normativa nº 1.252/2012".

Advogados veem, nesse trecho, uma "ameaça" aos contribuintes. "Essa IN trata da multa prevista pela Lei nº 8212, que é aplicável nos casos de omissão de informações em EFD ou de transmissão de EFD com informações incorretas", diz um advogado. "E a multa é pesada. São 5% sobre o valor da operação, limitado a 1% da receita bruta no período a que se refere a EFD", complementa.

Essas notificações são consequência da Solução de Consulta nº 13, que foi publicada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal em 2018. A norma foi construída a partir de interpretação do Fisco sobre o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu pela retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins.

Consta no texto que os contribuintes devem usar no cálculo o ICMS efetivamente recolhido ao Estado e não o destacado em nota fiscal. Esse entendimento, na prática, reduz os créditos aos quais os contribuintes têm direito, já que o recolhido é geralmente menor do que o destacado na nota (em razão do regime da não cumulatividade do imposto estadual e de benefícios fiscais que a empresa possa ter direito).

Essa discussão está nos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) contra o acórdão do Supremo - ainda pendentes de julgamento - e também consta em recursos levados pela Fazenda ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A demora do Judiciário em encerrar a discussão sobre o ICMS no cálculo do PIS e da Cofins tem feito com que as empresas adotem uma postura mais cautelosa para o aproveitamento dos créditos. A maioria das que já tem decisão transitada em julgado está habilitando perante à Receita Federal o "valor cheio", com base no ICMS destacado na nota, mas fazendo as



Advogado Leonel Pittzer: contribuinte que tiver compensado o crédito cheio poderá ser multado se prevalecer o entendimento da Receita Federal

compensações (uso de crédito para pagar tributos) somente até o limite do valor calculado com base no ICMS efetivamente recolhido.

"Esse formato permite que a empresa realize parte do ganho, mas não se exponha ao risco excessivo", diz o advogado Leonel Pittzer, sócio do escritório Fux Advogados. "Porque se prevalecer o entendimento da Receita e o contribuinte tiver compensado o crédito cheio, ele, lá na frente, terá esse crédito glosado e será aplicada multa de 50% sobre os valores dos tributos que ficaram descobertos."

Já se prevalecer, nas decisões do Supremo ou STJ, o entendimento do contribuinte, a empresa - como fez a habilitação do crédito cheio - poderá se utilizar do valor restante para outras compensações sem mais burocracia. "Esse é o caminho salomônico", pondera Pittzer.

Existem companhias, no entanto, ele diz, que estão arriscando mais e compensando os valores totais e há também aquelas que decidiram não usar os créditos até que o impasse seja encerrado. "Tem a ver com a situação econômica da empresa. As que têm mais necessidade de fluxo arriscam mais", afirma o advogado.

Não é só o impasse relacionado às compensações, porém, que tem gerado demanda nos escritórios de advocacia. As empresas do lucro real, que faturam acima de R\$ 78 milhões por ano, ao ter o crédito reconhecido por decisão judicial têm de deixar na mesa, para a União, 34% dos valores aos quais têm direito. A fatia é referente ao recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL.

Essa situação afeta as empresas que, no passado, usaram os valores pagos de PIS e Cofins como despesa para reduzir os pagamentos, na época, de IRPJ e CSLL, detalham os advogados Felipe Kneipp Salomon e Isabela Schenberg Frascino, do escritório Levy e Salomão. A cobrança segue previsão do Ato Declaratório Interpretativo da Secretaria de Receita Federal nº 25, de 2003.

"Do ponto de vista de caixa, o registro de êxito do contribuinte pode ser melhor para o Fisco do que para a própria empresa", chama a atenção o advogado Luca Salvoni, do escritório Cascione Pulino Boulos Advogados. "Porque ele precisa registrar o ativo no seu balanço e fazer o recolhimento do IRPJ e da CSLL no mesmo mês, mas não sabe se vai poder usar todo aquele crédito para compensação nem em quanto tempo", frisa.

Salvoni diz que esse é um dos temas "do momento" entre os seus clientes e pondera que há formas de reduzir o impacto. Uma delas, afirma, é registrar no balanço somente o crédito calculado com base no ICMS efetivamente recolhido e deixar a diferença desse valor para o resultado do cálculo do ICMS destacado na nota fiscal como "ativo contingenciado". Dessa forma, detalha, a tributação incide sobre a parcela menor e que poderá ser usada para as compensações de imediato.

Essa recomendação também tem sido a do advogado Leonel Pittzer. O pronunciamento nº 25 do Código de Processo Civil (CPC) prevê essa possibilidade, ele assegura. "A obrigação de conhecer em resultado não tem nada a ver com o crédito que será habilitado perante a Receita. É possível, então, registrar no balanço a parcela calculada com base no ICMS efetivamente recolhido, que é o crédito incontroverso, e habilitar o valor cheio, com base no ICMS destacado na nota."

Procurada pelo **Valor** para explicar o motivo das notificações, a Receita Federal, por meio de nota, informa que a decisão do STF "ainda não transitou em julgado" e, por essa razão, não há "um efeito amplo da decisão bem como seu alcance temporal".

Afirma ainda que detectou um grupo de empresas com decisão transitada em julgado que "extrapolou o entendimento da Receita Federal sobre o tema" e que também foram verificados "casos de contribuintes que não possuem decisão judicial e estão efetuando de forma irregular a compensação".

30/07/2019 - 05:00

Ficar fora da reforma custa R\$ 170 bi em 10 anos a cidades

Por Edna Simão

A ausência dos municípios na reforma da Previdência vai impedir uma redução de gastos das cidades em torno de R\$ 170 bilhões em dez anos e de R\$ 41 bilhões em quatro anos. As entidades que representam municípios, Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), apostam na apresentação de PEC paralela pelo Senado para reinclusão dos municípios. Com isso, mais de 2 mil prefeituras com regime próprio de Previdência teriam redução no gasto com aposentadoria e pensões.

Entre as prefeituras mais afetadas, estão as de São Paulo, com redução na despesa previdenciária de R\$ 20,5 bilhões em dez anos, Rio (R\$ 13,15 bilhões), Curitiba (R\$ 5,29 bilhões), Fortaleza (R\$ 3,85 bilhões) e Belo Horizonte (R\$ 3,66 bilhões). Os dados repassados pela Secretaria Especial de Previdência Social e pela CNM consideram a proposta original de reforma, encaminhada pelo governo ao Congresso em fevereiro.

Economia frustrada

Das 2.100 prefeituras com RP-PS, cidade de SP seria a maior beneficiada com a inclusão dos municípios na reforma da

Cidade - UF	UF	População	Terceiros	Adidos	Remuneração Média - R\$ mil	Redução do R Anos
São Paulo	SP	11.211.503	212.209	135.577	4.706	4.235,3
Rio de Janeiro	RJ	6.322.446	125.554	76.347	4.526	2.233,4
Curitiba	PR	1.351.927	45.411	30.348	4.632	1.035,4
Porto Alegre	RS	1.452.285	44.592	29.842	4.378	946,6
Belo Horizonte	MG	3.375.151	102.014	53.626	3.928	770,9
Porto Alegre	RS	1.452.285	44.592	29.842	4.378	894,1
Salvador	BA	2.875.856	33.834	21.718	4.934	670,0
Osaka	GO	1.363.006	36.628	28.235	3.124	643,9
Curitiba	PR	1.351.927	45.411	30.348	4.632	563,8
Manaus	AM	1.983.614	39.936	22.467	3.921	411,1
Manaus	AM	1.983.614	39.936	22.467	3.921	376,8
Manaus-PA	SP	604.682	14.642	9.317	6.296	303,4
Recife	PE	1.542.764	28.229	18.612	3.662	342,5
Comunidade dos Estados Unidos	PE	463.728	17.251	11.262	4.611	434,1
Estados Unidos	PE	834.230	19.999	12.350	3.558	330,8
Comunidade dos Estados Unidos	MG	766.797	22.053	18.430	3.562	246,7
São Bernardo do Campo	SP	766.469	18.638	12.236	3.417	197,9
Belo Horizonte	MG	3.375.151	102.014	53.626	3.928	197,1
Manaus	AM	1.983.614	39.936	22.467	3.921	192,7
Manaus	AM	1.983.614	39.936	22.467	3.921	170,0

Segundo a CNM, um município que tenha déficit atuarial de R\$ 100 milhões reduziria o rombo para R\$ 26 milhões. A avaliação é de que a alíquota suplementar cairia bastante e, em alguns lugares, poderia ser extinta. Em outros casos, o município poderia reduzir a alíquota ordinária.

CMN e FNP já acionaram seus departamentos jurídicos para estudar como assegurar aos servidores municipais as mesmas regras de aposentadoria e pensões que forem adotadas para funcionários da União, caso a inclusão dos municípios na reforma não seja aprovada. As entidades estudam acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) sob o argumento de que não é permitida diferenciação entre brasileiros.

Para o presidente da CNM, Glademir Aroldi, os prefeitos terão dificuldades de aprovar mudanças nas regras previdenciárias, principalmente, com a proximidade das eleições municipais. Para ele, a economia que as prefeituras teriam com as mudanças na Previdência poderia viabilizar investimentos em áreas essenciais como saúde e educação.

O presidente da FNP, Jonas Donizette (PSB), prefeito de Campinas (SP), ressaltou que ainda tem esperança de que o Senado inclua os municípios na reforma já que há um compromisso do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). "O assunto não é fácil, mas se for aprovado no Congresso fica mais fácil."

Donizette disse que cidades como Campinas e São Paulo avaliam medidas para reduzir despesas previdenciárias independentemente da reforma, pois consideram as mudanças nas regras essenciais para a sustentabilidade dos regimes próprios.

A vereadora Janaína Lima (Novo-SP), que foi presidente da comissão especial que analisou a proposta de reforma de Previdência na cidade de São Paulo, ressaltou que os deputados e senadores poderiam viabilizar uma solução estruturante para a Previdência de prefeituras e Estados. Muitos municípios pequenos têm dificuldades de aprovar mudanças devido à pressão, principalmente, de servidores públicos.

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio (PSDB-AM), reforçou a importância da proposta de reforma da Previdência também ser válida para Estados e municípios até porque as mudanças, que ainda dependem de aprovação em segundo turno na Câmara e no Senado, seriam insuficientes e deverão ser revistas no futuro. Ele destacou que, independentemente da

reforma, está promovendo as mudanças necessárias em Manaus para garantir a sustentabilidade. Em junho, a Previdência local foi eleita pela segunda vez a melhor do país entre as capitais ao receber o "Prêmio Destaque Brasil de Responsabilidade Previdenciária" da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais.

Veículo: Correio*	Caderno: --
Data: 30/07/2019	

Correio*
O QUE A BAIXA QUER SABER

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O governo aprovou a reforma da Previdência, mas até que as novas regras entrem em vigor o aumento desses gastos continuará funcionando como um torniquete sobre o Orçamento da União. A cada mês, sobem as despesas com aposentadorias e pensões, e caem principalmente os investimentos públicos. No primeiro semestre, gastou-se R\$ 5,5 bilhões a mais com o Regime Geral, e em contrapartida caíram em R\$ 13,3 bi os chamados gastos discricionários, que incluem investimentos e serviços públicos em geral. O gráfico abaixo mostra como abriu uma "boca de jacaré" entre esses dois tipos de despesas. Enquanto um não para de subir, o outro não para de cair. Pela explicação do próprio Tesouro, o texto aprovado na Câmara vai apenas atenuar o aumento dos gastos obrigatórios – que incluem além da Previdência todas as rubricas determinadas pela Constituição – e o gasto discricionário será o mais baixo em 10 anos. Isso ajuda a entender a fraqueza do PIB no primeiro semestre.

OS GASTADORES DA UNIÃO
Senado, Ministério Público Federal e a Justiça Militar são os três órgãos da União que aceleraram

O torniquete da Previdência

GASTOS DO GOVERNO



Fonte: Tesouro Nacional

as despesas no primeiro semestre acima do permitido pela Lei do Teto de Gastos. Isso quer dizer que eles terão que frear os desembolsos neste segundo semestre, para não correr o risco de descumprir o Orçamento deste ano. O MPF já aumentou os gas-

tos em 8,3% de janeiro a junho; o Senado, em 8,5%; e a Justiça Militar em 8,7%. Por incrível que pareça, há órgãos autorizados a crescer ainda mais os gastos, tudo dentro da lei. O STF, por exemplo, poderá gastar 17% a mais em 2019, e por enquanto aumentou

12%. A Câmara pode subir 14% e cresceu 6,5%.

DESCONFIANÇA INTERNA

A intenção do BNDES de anunciar um cronograma para a venda de participações em empresas é vista com bons olhos por economistas ligados ao setor financeiro, mas provoca receio em técnicos do próprio banco. Alvaro Bandeira, economista-chefe do ModalMais, explica que a transparência no processo ajudará a medir o apetite do mercado pela carteira da BNDESPar. Para Pablo Spyer, da Mirae, com a estratégia o banco pode até decidir manter determinado papel, caso o preço não esteja atraente. Um economista que trabalha no BNDES, no entanto, avalia que isso pode pressionar para baixo a cotação e levar a questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Isso já teria acontecido durante a venda de ações da JBS.

OLHO GRANDE NO 5G

O governo espera arrecadar R\$ 20 bilhões no leilão de frequências para a tecnologia do 5G, previsto para 2020. Metade disso irá para o caixa do Tesouro. Mas o setor alerta que a prioridade tem que ser a expansão da infraestrutura e não a arrecadação com outorgas. "Em cinco anos a tecnologia estará implantada na maioria dos países. Quem estiver mais avançado vai atrair mais investimentos e liderar o ganho de produtividade", conta Arun Bansal, presidente da Ericsson para a Europa e a América Latina.

REGULAÇÃO FEDERAL

O setor sugere que a Anatel aproveite a chegada do 5G para modernizar suas normas. A instalação de antenas, por exemplo, é liberada pelos municípios, cada qual com suas exigências. Há casos de prefeituras que demoram dois anos para autorizar a colocação do equipamento. Uma regulação federal simplificaria o processo. O Brasil tem hoje apenas 100 mil antenas. Em 15 anos, a expectativa é ter 10 vezes mais.

Tribuna

Confiança da indústria se esvai e cai para pior nível

AGÊNCIA BRASIL

A confiança da indústria brasileira caiu no mês de julho e chegou ao pior nível desde outubro de 2018, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Calculado a partir de informações de 1.142 empresas, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) teve retração de 0,9 ponto em julho, chegando a 94,8 pontos.

Segundo a pesquisa, a confiança recuou em 11 dos 19 segmentos industriais pesquisados, e as quedas

foram concentradas na avaliação do cenário atual. O Índice de Situação Atual caiu 2,2 pontos e chegou a 94,4, enquanto o Índice de Expectativas, que mede as projeções do setor para o futuro, teve sua primeira alta em 2019. O indicador avançou 0,5 ponto, chegando a 95,3.

De acordo com o Ibre/FGV, caiu de 19,8% para 11,9% o percentual de empresas que avaliaram a situação atual como boa, e subiu de 21,1% para 22,7% o das que consideram que o cenário é ruim. Por outro lado, a parcela de empresas que preveem melhora aumentou de 34,9% para 38,4%, enquanto o grupo

ABALO

Confiança recuou em 11 dos 19 segmentos industriais

que acredita em piora diminuiu de 13,2% para 10,3%.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria subiu de 75% para 75,5% em julho, segundo a sondagem. O indicador mede o quanto a indústria utilizou de seu potencial total de produção. Outros dados mostram que houve piora no nível de estoques e nas perspectivas de emprego e produção para os próximos três meses.

